

Uso político de verbas, má administração e corrupção mantêm o analfabetismo

por Angus Foster
do Financial Times

O prefeito de Aracati, uma pequena cidade no litoral do Nordeste brasileiro, assumiu seu cargo recentemente, depois fechou uma escola local porque o professor havia sido seu opositor nas eleições.

O uso político da educação não é novo no pobre Nordeste brasileiro. Mas tal interferência, associada à má administração governamental e corrupção, produz o analfabetismo, o aprendizado fraco e ameaça prolongar enormemente o subdesenvolvimento da região.

O Brasil reduziu o analfabetismo no País de 50% para 18% entre 1950 e 1990, mas no Nordeste, a taxa continua em 39%.

O governo federal, no Brasil, é obrigado por lei a gastar pelo menos 18% de seu orçamento em educação, enquanto os estados e municípios têm que gastar 25%. Portanto, deveriam existir grandes fundos para melhorar nacionalmente a educação.

O problema é menos a quantidade de recursos do que a forma como eles são gastos. Foram demais os governos que utilizaram seus orçamentos para recrutar "professores" em tempo de eleições em troca de votos ou para conceder contratos de construção de escolas a aliados políticos. Como resultado, muito pouco dinheiro é deixado para o necessário investimento a longo prazo na qualificação dos professores e padrões de educação.

No Maranhão, apenas 10% das crianças completam os oito anos da escola primária, que deve ser compulsória. Funcionários do Departamento de Educação do Estado dizem que muitos dos professores da área rural recebem menos do que o equivalente a US\$ 10 por mês, raramente o que baste para comprar a alimentação básica para uma semana. Um professor em cada três apenas completou a escola primária; alguns são mal e mal alfabetizados.

Frente a tais problemas, a melhora vai levar muitos anos. Mas pelo menos dois estados estão tentando implementar reformas e as indicações iniciais são encorajadoras. Um programa educacional de cooperação para melhorar a administração e ensino, que inclui US\$ 418 milhões do Banco Mundial também vai ajudar a pressionar os estados para elevar os padrões e reduzir a corrupção.

No Piauí, um dos estados mais pobres do Brasil, um programa de cinco anos está sendo desenvolvido e elevou os gastos em educação

para 33% do orçamento estadual, bem abaixo do mínimo legal.

Os resultados são diversificados até agora — o programa começou apenas em 1991. No entanto, em áreas do interior, as taxas antigas elevaram-se ligeiramente e as faltas estão em queda. Em Teresina, capital do estado, porém, as taxas passadas caíram por causa das greves de professores contra os planos do governo de introduzir exames de seleção para todas as tarefas de ensino.

No vizinho Estado do Ceará, que vem desenvolvendo rapidamente uma reputação devido ao bom — e limpo — governo, os exames públicos de seleção foram reintroduzidos. Em administrações anteriores, os professores eram indicados por protecionismo.

O Ceará também está junto com vários outros estados, tentando descentralizar a administração das escolas primárias para as prefeituras, que têm um contato mais próximo com pais e crianças. Mas isso vai levar muitos anos, principalmente porque as prefeituras mais pobres não têm condições de aumentar seus gastos com ensino.